

## Limite maior de gastos

*Governo amplia teto de despesas dos estados. Sem reforma da Previdência, quadro pode piorar*

Martha Beck e Bárbara Nascimento

-Brasília- Diante da possibilidade de que alguns estados não consigam cumprir o teto de gastos, que passa a vigorar em 2018 para os governos regionais, o Tesouro Nacional aceitou realizar ajustes na regra, sob o risco de os estados não conseguirem custear despesas básicas, com salários e manutenção da estrutura de saúde e educação. A pedido dos governadores, a equipe econômica já permitiu que o ano-base para o cálculo do teto seja 2017 — a regra estabelecia que o limite seria calculado com base nos gastos de 2015 e 2016, anos de recessão e de forte ajuste nas despesas. Mesmo assim, isso ainda não resolve todo o problema dos estados, por isso, já há pedidos de mais flexibilização na regra.

Assim como para a União, a sustentabilidade do teto para os governos regionais só é possível com a aprovação da reforma da Previdência. Esse também é o principal gasto dos estados. Se os desembolsos com aposentadorias não forem reduzidos, essa conta vai acabar tomando todo o Orçamento nos próximos anos. Pela reforma que está hoje no Congresso, os estados

têm seis meses para modificar as regras previdenciárias após a entrada em vigor das novas regras. Caso contrário, eles se enquadram no regime da União.

O teto define que as despesas só podem crescer com base na inflação. Ele foi a única contrapartida que restou na lei complementar 156, que alongou as dívidas estaduais com a União por 20 anos. Da forma como está hoje, a legislação define que, a partir da assinatura do acordo de alongamento, os estados devem fixar um limite para seus gastos primários correntes por um prazo de dois anos.

### ESTADOS QUEREM MAIS MUDANÇAS

Originalmente, o cálculo do teto podia ser feito de duas maneiras: pela média de despesas nos anos de 2015 e 2016 ou pelos gastos de 2016 com base na inflação de 2017. Agora, entrou nessa lista a possibilidade de que a conta seja feita sobre as despesas de 2017. Os estados, entre eles Goiás, alegam que 2015 e 2016 foram anos de aperto fiscal muito severo por causa da recessão, a inflação incidiria sobre uma base muito baixa. O arrocho em 2017 foi menor. Assim, um teto baseado nesse ano permitiria o cumprimento da regra.

— Os estados pleitearam que havia despesas não refletidas em 2015 e 2016. Por isso,

concordamos com a utilização do ano de 2017. O mais importante é que os estados se comprometam com a regra fiscal — disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia.

Especialistas em contas públicas avaliam que a decisão da Fazenda foi correta:— Veja o caso do Rio. Quantas folhas de salário pagou no ano-base de 2016? Quando ele colocar a folha em dia vai estourar o limite — disse um especialista que não quis se identificar.

Essa solução, no entanto, não resolve o cenário para todos. O Rio Grande do Sul, que está entre os estados em pior situação, e a Bahia, apoiados por outros entes, também querem modificações na regra. Uma delas é que a equipe econômica exclua do limite reajustes salariais concedidos antes da aprovação da lei 156. Segundo representantes do governo gaúcho, o estado tem de pagar reajustes salariais que foram concedidos à segurança pública em 2014 e terão impacto até 2018.

— Isso dá um impacto extra de R\$ 4 bilhões na folha do estado. É preciso lembrar que a lei 156 foi aprovada no fim de 2016, quando a inflação ainda não estava tão baixa. Agora ela está em 3% para 2017. Isso tem impacto no cálculo e dificulta a vida dos estados — disse um técnico da Fazenda do Rio Grande do Sul.





Guardia afirmou que já foram apresentados pedidos para excluir do teto despesas com educação, saúde, com o Judiciário e o Ministério Público:— A União também tem desafios no teto que precisa cumprir. Não dá para fazer essas exclusões.

Os estados têm até o fim do ano para decidir se querem se beneficiar do alongamento oferecido pela Lei 156. Todos já estão sendo beneficiados por ela, mas os aditivos que renegociam os débitos ainda não foram assinados. Assim, quem não quiser fixar o teto, pode abrir mão do alongamento. Essa possibilidade está sendo avaliada pelo Pará e mais cinco governos regionais. O estado tem uma dívida baixa com a União — R\$ 1,46 bilhão — e tem

conseguido manter as despesas com pessoal sob controle. Em 2016, por exemplo, o crescimento foi de 5%.

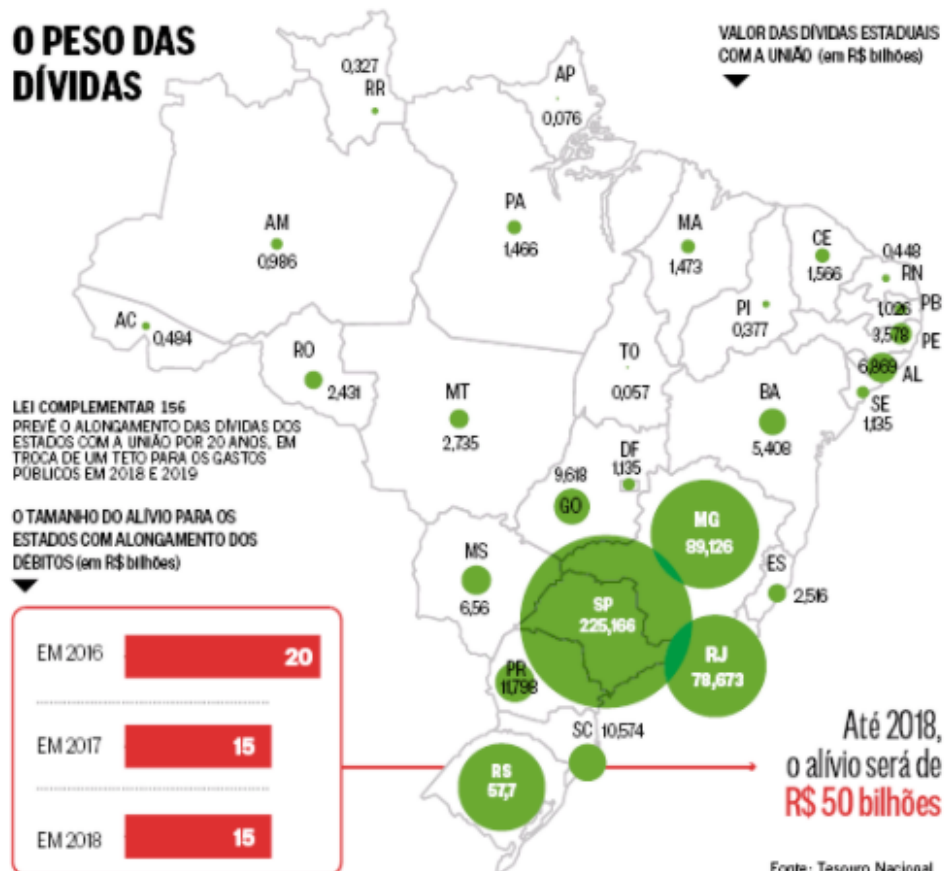
— Temos mantido o equilíbrio fiscal. Não tivemos aumento salarial nos últimos anos e cortamos gastos. Agora, a arrecadação está se recuperando, e o estado quer fazer investimentos. Vamos avaliar se vale a pena impor um limite a mais (teto) em troca do alongamento de uma dívida que temos pago com folga — disse o secretário de Planejamento do Pará, José Colares.

Para os estados que, como o Pará, caminham para um equilíbrio das contas, o cumprimento do teto nos moldes exigidos pelo governo não é um problema. Esse é o caso de São Paulo e do Espírito Santo.

— O Espírito Santo consegue cumprir a regra. Mas você vê nas reuniões do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) que a maioria tem dificuldades para cumprir o teto não só em 2018, mas em 2019 — disse o secretário de Fazenda do Espírito Santo, Bruno Funchal.

— Graças a um ajuste, o gasto do estado foi controlado e há folga para o futuro — disse Cláudia Romano, assessora especial do gabinete da Secretaria de Fazenda de São Paulo.

Ao mudar o teto, o governo flexibiliza a única exigência que restou no projeto da renegociação das dívidas estaduais.



## Temer diz que há risco de corte de aposentadorias

Para presidente, se reforma não passar, salários de servidores podem ser reduzidos em 2019

Sérgio Roxo

-São Paulo- O presidente Michel Temer endureceu o discurso e disse ontem que, sem a aprovação da Reforma da Previdência este ano, poderá haver corte em salários e aposentadorias em 2019 ou 2020.

— Se não a fizermos agora, em 2019 ou 2020, vamos ter uma reforma previ-denciária radical, como aconteceu na Grécia e em Portugal, onde foi preciso cortar as pensões e os vencimentos dos servidores públicos em 20% e 30% — disse Temer, durante almoço da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), em São Paulo.

O presidente afirmou que o déficit crescerá ano a ano sem a reforma: — Quando chegar em 2020, talvez tenha que haver corte de salários, se não iniciarmos agora a reforma da Previdência.

Mas, em entrevista depois do evento, Temer disse que está confiante na aprovação da reforma ainda este ano.

—A minha chance é de votar no dia 18 ou 19 — declarou.

"HORROR" DE REDES SOCIAIS

Indagado sobre o que aconteceria se a votação ficar para 2018, respondeu: — Não vou cogitar isso.

Pela manhã, em evento da indústria química, Temer chegou a afirmar que as redes sociais são "um horror", porque permitem a propagação do que chamou de mentiras sobre os efeitos da proposta de reforma. O presidente ainda fez um apelo aos empresários presentes ao encontro, para que liguem para os deputados pedindo que votem pela aprovação da reforma.

— É natural que o deputado fique preocupado. Começam a espalhar: agora o trabalhador privado só vai se aposentar quando estiver com 110 anos. Isso pega. Essa história de rede social é um horror. Essas inverdades machucam aquele que vai entrar no processo eleitoral — disse, reafirmando que quem se opõe à reforma deve admitir que é a favor de privilégios.

## Passado sem glória

JOÃO DOMINGOS

No momento em que o PSDB se reúne para escolher o governador Geraldo Alckmin seu novo presidente, e abrir espaço para que outras lideranças de alas opostas integrem a Executiva Nacional do partido, numa tentativa de se buscar a paz, os tucanos veem surgir à sua frente um novo dilema: tornar-se, pela segunda vez, o responsável por atrapalhar a reforma da Previdência. Isso, num prazo de 20 anos. E olha que o partido costuma dizer-se reformista. No dia 6 de maio de 1998, três meses depois da aprovação do texto básico da reforma da Previdência, e da entrada do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso e de seus ministros na batalha pelos votos, os partidos aliados concluíram que tinham condição de enfrentar a feroz oposição à proposta feita na época pelo PT e pelo PCdoB. Principalmente a parte que tratava da fixação da idade mínima para a aposentadoria, de 60 anos para os homens e de 55 para as mulheres, a mais polêmica de todas. Por causa do PSDB, que estava no governo, a idade mínima caiu e liberou até hoje a aposentadoria pelo INSS sem a exigência da idade mínima.

Como hoje, já se falava que o coração da reforma era exatamente a idade mínima. Chegando o momento da definição, Fernando Henrique e seus estatísticos fizeram

e refizeram as contas. Concluíram que o projeto passaria por uma margem pequena, mas passaria, porque o governo tinha os 308 votos mínimos garantidos. Era só derrotar emenda da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que buscava acabar com a exigência da idade mínima. O momento era tenso. Fernando Henrique disse aos líderes, horas antes da votação, que a estabilidade da economia estava na dependência da idade mínima. Os então ministros Eliseu Padilha (Transportes), Renan Calheiros (Justiça) e Waldeck Ornellas (Previdência) mudaram-se para o Congresso. O próprio Fernando Henrique ficou de plantão para atender aos telefonemas de última hora de deputados. Encerrada a votação, verificou-se este placar: 148 votos pela derrubada da idade mínima, 11 abstenções e 307 votos a favor.

O governo fora derrotado. Pior: uma das abstenções viera justamente do deputado tucano Antonio Kandir, ex-ministro do Planejamento de Fernando Henrique. A oposição comemorou gritando o nome de Kandir. O deputado alegou que errara o voto. Em vez de apertar o “sim”, apertou o “abstenção”. O estrago fora feito. Dura até hoje. Pois agora o PSDB não sabe se apoia a reforma da Previdência. Alckmin, que assume hoje a presidência do partido, diz que vai trabalhar pela

aprovação do projeto, desta vez com exigência de idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Mas muitos congressistas tucanos dizem não ter interesse pela reforma. Uma das justificativas deles é a de que, se a emenda à Constituição for aprovada, ela poderá beneficiar o ministro Henrique Meirelles (Fazenda), que tem pretensões de se candidatar a presidente da República.

Bobagem. Se o PSDB quiser, pode ajudar a aprovar a proposta e dizer que, 20 anos depois, está se redimindo da derrubada da idade mínima. Outros parlamentares tucanos acreditam que a aprovação, agora, da reforma da Previdência fortalecerá também, e muito, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que ficaria em condições vantajosas para negociar espaços na chapa presidencial. Outra bobagem. Todas as vezes em que ocupou o poder, o PSDB dividiu a chapa com o PFL, cujo nome se tornou DEM. Assim como Lula dependeu do PR (ex-PL) de Valdemar Costa Neto, que lhe emprestou o vice José Alencar, e Dilma Rousseff de Michel Temer, eleito duas vezes vice da presidente cassada. Posição que levou Temer à Presidência da República e a se declarar um presidente reformista.

## A inflação baixa e as incertezas

Com inflação bem comportada, como comprovam os números de novembro e a disposição dos consumidores, sobriariam razões, num quadro político mais saudável, para o mercado apostar em novos cortes de juros e em melhores condições para a economia em 2018. Mas o cenário econômico promissor é insuficiente para sustentar o otimismo dos analistas e investidores, quando há dúvidas sérias sobre a aprovação da reforma da Previdência. A incerteza contamina, de forma inevitável, as projeções sobre as finanças públicas ao longo do mandato do próximo presidente. Sem o concerto das contas de governo, a dívida oficial continuará crescendo sem controle e os juros subirão fatalmente, acompanhando o agravamento da crise fiscal e a nova disparada dos preços. Não há terrorismo neste cenário nem sequer novidade para o cidadão razoavelmente informado sobre as condições e perspectivas da economia nacional. Se o programa de ajustes for travado, um enorme esforço realizado no último ano e meio será provavelmente perdido, com a reversão dos avanços conseguidos até agora. Em novembro ficou em 0,28% a inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa acumulada no ano, de 2,50%, foi a menor para esse período de 11 meses desde 1998, quando a variação foi de 1,32%. Em 12 meses o indicador subiu 2,80%, pouco mais que no período encerrado em outubro (2,70%). Para os consumidores de renda mais baixa a evolução dos preços tem sido ainda mais favorável. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) aumentou 0,18% no mês passado e 1,80% no ano, a menor variação acumulada nos meses de janeiro a novembro desde a implantação do Plano Real, em 1994. O INPC é baseado nos gastos de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos. A base do IPCA é o orçamento médio de famílias com ganhos de 1 a 40 salários mínimos por mês. As faixas são medidas em salários, mas a fonte de rendimento pode ser qualquer uma. A inflação tem sido freada principalmente pelo recuo

do custo da alimentação, favorecido pelas excelentes condições de oferta. Em 12 meses, os preços dos alimentos diminuíram em média 2,32%, segundo o relatório do IPCA.

A alimentação é o item de maior peso na composição dos dois índices – e com maior importância no caso do INPC. Mas o recuo da inflação tem sido observado na maior parte dos grupos de bens e serviços consumidos pelas famílias. Em novembro, por exemplo, em sete dos nove grandes grupos incluídos no IPCA houve diminuição de preços ou aumento menor que no mês anterior. Com inflação mais contida, e especialmente com a ajuda dos preços dos alimentos, as famílias têm conseguido aumentar e também diversificar os gastos de consumo. No terceiro trimestre, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,1%, o comércio foi a atividade econômica com melhor desempenho, avançando 1,6% em relação ao trimestre anterior.

Comentando esses dados, o chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes, atribuiu a expansão das vendas a quatro fatores: “Regeneração do mercado de trabalho, inflação baixa, juros em queda e disponibilização de recursos extraordinários para o consumo”. Os três primeiros fatores estão obviamente interligados. Inflação baixa abre espaço para redução de juros e para o aumento dos gastos, com reflexos benéficos na produção e na criação de empregos. Mais empregos levam a mais consumo e a roda continua girando na direção certa. Mas a confiança na política econômica, especialmente no programa de ajustes e reformas, foi sempre uma referência importante para empresários e investidores. Três trimestres de crescimento indicam uma firme recuperação. Mas a melhora mal completa um ano e a irresponsabilidade política poderá travar a roda da economia e fazê-la girar na direção errada. Bastará emperrar os ajustes e reformas, multiplicando riscos, incertezas e temores.

## CONJUNTURA »

### BB: ações se valorizam com possíveis mudanças

*Mercado reage bem à notícia de que banco implantará novas medidas para ganhar eficiência e rentabilidade. Papéis fecham em alta de 0,58% na Bolsa de Valores*

» ANTONIO TEMÓTEO

Após encerrar o pregão de quinta-feira da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) em queda de 3,87%, as ações do Banco Brasil (BB) fecharam ontem em alta de 0,58%. Na abertura das negociações, os papéis da companhia tiveram forte elevação e chegaram a subir 2,66%. O desempenho positivo foi impulsionado, segundo analistas, após o Correio revelar que a instituição financeira prepara uma segunda fase da reestruturação, iniciada no fim do ano passado, para ganhar mais eficiência e rentabilidade.

O resultado negativo da quinta foi impulsionado pela análise de economistas do BGT Pactual de que a recuperação do nível de rentabilidade do banco público será lenta. O relatório foi enviado aos clientes após o presidente do BB, Paulo Rogério Caffarelli, afirmar, em apresentação a membros da

Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos e Mercados de Capitais (Apimec), que a recuperação dos ganhos seria uma prioridade.

Na segunda fase da reestruturação — após garantir uma economia de R\$ 3,1 bilhões com a saída de 9,4 mil empregados e o fechamento de 402 agências —, o banco estuda a abertura de um novo programa de desligamento incentivado, com pagamentos de até 12 salários extras. A novidade é que o público-alvo ultrapassará os mais de 8 mil empregados que podem se aposentar.

Quem ainda estiver na ativa e quiser deixar de trabalhar na instituição financeira, mesmo sem ter tempo de contribuição suficiente para solicitar benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), poderá aderir ao plano de demissões. A ideia é similar ao programa de desligamento oferecido pelo governo federal aos servidores públicos.

Além disso, o BB fará o remanejamento de pessoal para reforçar o atendimento nas cidades

em que há maior demanda. Após a primeira fase do processo, algumas regiões ficaram com excedente de pessoal.

#### Aval

Tanto o Conselho Diretor do banco, formado pelo presidente e pelos vice-presidentes, quanto o Conselho de Administração precisam dar o aval para que as medidas sejam executadas. Além disso, é necessário o consentimento da Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento.

Outra medida em estudo é a criação de uma nova remuneração variável para os trabalhadores que vendem produtos e serviços para os clientes tanto nas agências quanto nos escritórios digitais. As comissões já existentes não seriam alteradas. O leque de medidas em estudo ainda inclui a possibilidade de terceirização de alguns setores do banco, entretanto, não há uma definição sobre o tema, e a tendência é de que o assunto não faça parte do programa em debate.